



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

06/03/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Novatos já adotam a velha política nas negociações da reforma da Previdência

A chegada da reforma da Previdência à Câmara escancarou a incompatibilidade entre teoria e prática de parte da bancada dos deputados federais novatos.

Apesar do discurso contra a velha política, o toma lá dá cá e outros clichês, parlamentares em primeiro mandato têm mostrado apetite por cargos, repasses e jeitinhos que criticavam na campanha eleitoral.

A discussão sobre as novas regras para aposentadorias e pensões tem aumentado a pressão sobre o Executivo e tornado explícita a voracidade dos parlamentares, principalmente daqueles com passagens pelos Legislativos estaduais e municipais.

A onda bolsonarista impulsionou uma renovação de 47% da Câmara, a maior desde a eleição para a Assembleia Constituinte, em 1986. O novo ambiente foi recebido com otimismo para a aprovação de pautas como a reforma da Previdência.

Embora também tenha emplacado na campanha um discurso de que iria acabar com as indicações políticas para cargos públicos, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) foi obrigado a ceder já na largada.

Uma planilha de cargos federais de segundo e terceiro escalões distribuída entre os congressistas foi rebatizada de banco de talentos logo que a reforma da Previdência chegou ao Congresso.

Por se tratar de PEC (Proposta de Emenda à Constituição), a reforma da Previdência precisa de apoio político expressivo, e Bolsonaro ainda aglutina sua base. São necessários 308 votos na Câmara e 49 no Senado, em dois turnos.

O banco de talentos mostra que o governo está disposto a atender o pleito dos novatos em troca da aprovação da reforma da Previdência. A medida foi ironizada até por aliados, como o senador Major Olímpio (PSL-SP). Segundo ele, "tucanaram o apadrinhamento".

Os novatos com experiências regionais chegam com vícios. Mais da metade dos 243 estreantes tinha mandato. A maioria era deputados estaduais (69) e vereadores (55), segundo levantamento da Câmara.

Acostumados com uma fartura de cargos e verbas de gabinete e menor fiscalização, ex-deputados estaduais e ex-vereadores sofreram um choque em Brasília. Eli Borges (SD-TO), por exemplo, tinha direito a 50 assessores na Assembleia do Tocantins. Agora, são 25.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 05/03/2019

Apenas 8% dos brasileiros com mais de 60 anos ainda trabalham

Os brasileiros com 60 anos ou mais correspondem a 19% das pessoas em idade de trabalhar, mas somente 8% estão na ativa. Com a reforma da Previdência, esse número vai ter que subir, pois os maiores de 50 anos estão na mira do governo. A proposta é definir idade mínima de 65 anos (homens) e 62 (mulheres) no benefício. No último trimestre de 2018, 93 milhões de brasileiros estavam trabalhando, nem todos com carteira assinada.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 05/03/2019

carro alegórico "Reforma da Previdência".



Fonte do clipping: Jornal Folha de S. Paulo – 05/03/2019

Pensão pelo mínimo exigirá salário de R\$ 1.663

A reforma da Previdência proposta pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) pode reduzir para menos de um salário mínimo (hoje, R\$ 998) o valor da pensão por morte, benefício pago a viúvas e viúvos e filhos menores de 21 anos de segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Somente pensões originadas de aposentadorias a partir de R\$ 1.663 escapariam de ganhar menos do que o mínimo se o casal não tiver filhos, de acordo com a fórmula de cálculo proposta pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. O número de filhos considerados dependentes fará diferença no cálculo da reforma.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 06/03/2019

Restrição no abono: economia é calculada

Nove em cada dez trabalhadores que hoje recebem abono salarial no valor de um salário mínimo perderão o direito ao benefício caso a proposta da equipe econômica seja aprovada no âmbito da reforma da Previdência. Dados coletados pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado mostram que apenas 2,6 milhões de trabalhadores fariam jus ao abono segundo a regra proposta, que restringe o pagamento a quem ganha até um salário mínimo. O abono hoje é pago a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos, grupo que reunia 23,9 milhões, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2017. Quase 90% desse grupo têm rendimentos que ficam entre 1 e 2 salários mínimos, faixa que não faria mais jus ao benefício. Essa é uma das medidas de maior impacto dentro da reforma da Previdência. Nos cálculos da IFI, geraria uma economia de R\$ 150,2 bilhões em uma década.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 02/03/2019

Sinopse Sintius – 06/03/2019